

No limiar da Integração regional Moçambique e Zimbabwe reformulam regulamentos de imigração

N. 5/3/93

por Augusto de Jesus, em Harare

A facilitação do movimento de cidadãos moçambicanos e zimbabueanos ao longo da fronteira comum entre os dois países vizinhos está já a provocar uma grande satisfação entre os diferentes sectores da população, abrindo perspectivas de um intercâmbio global mais efectivo e condizente com os ideais da integração comunitária regional.

O ambiente ora criado surge na sequência das negociações entre os Governos do Zimbabwe e de Moçambique, com vista a reformular os regulamentos de viagem, possibilitando a obtenção de vistos nos pontos de entrada para um e outro território. Uma das grandes vantagens que podem advir destas negociações vai beneficiar sobremaneira as populações fronteiriças que, vivendo num raio de cinco quilómetros da fronteira, apenas necessitarão de exibir o Bilhete de Identidade nacional para penetrar legalmente num e noutro país e permanecer o período de um dia. Um elevado número de cidadãos moçambicanos tem atravessado diariamente as fronteiras para o Zimbabwe, usualmente para compras, visitas particulares ou tratamento médico no país vizinho. Do mesmo modo, tantos outros zimbabueanos, sobretudo da cidade fronteiriça de Mutare, penetram diariamente no nosso país, especialmente para compras na Vila de Manica e mesmo em Chimoio e na cidade da Beira.

Para além de poder vir a aliviar a vida das populações fronteiriças que têm que se deslocar às cidades para obtenção de vistos em processo de mais de uma semana, a possibilidade de reformular os requisitos de viagem entre os dois países vai igualmente beneficiar os homens de negócios, assim como o funcionamento de instituições administrativas e governamentais de ambos países.

Diversas recomendações no sentido

de facilitar a livre circulação de pessoas entre os dois países foram feitas na semana passada, quando da visita ao Zimbabwe do Ministro moçambicano dos Negócios Estrangeiros, Dr. Pascoal Mocumbi.

Encontros a vários níveis foram efectuados em Harare, assinalando-se particularmente as conversações mantidas entre os mais altos dignitários das províncias moçambicanas de Manica e Tete e responsáveis zimbabueanos, em que se incluíam o Governador da província zimbabueana de Manicaland, Kenneth Manyonda, e o Secretário para os Assuntos Domésticos, Job Whabira (apesar de os vistos serem emitidos pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, a sua administração é feita pelo Ministério do Interior, através do Departamento de Imigração).

Um dos pontos acordados durante as negociações prende-se com a possibilidade de os funcionários governamentais de ambos os países apenas precisarem de exibir os seus documentos de identidade nacional e oficial.

Fontes ligadas ao processo admitem a possibilidade ulterior de se discutir e acordar o uso apenas do Bilhete de Identidade como sendo o suficiente para qualquer cidadão moçambicano entrar no Zimbabwe, assim como o inverso.

As recomendações até agora acordadas carecem ainda de uma ratificação por parte do Governo moçambicano e, segundo fontes concernentes, a serem aprovados, os novos regulamentos entrarão em vigor a partir do mês de Maio do corrente ano.

LIVRE CIRCULAÇÃO E INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA

As negociações ora em curso, a despeito de se circunscreverem a questões estritamente bilaterais, elas abrem mais o leque de perspectivas para a integração da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral.

Ocorrendo no que se pode considerar o limiar da criação da integração austral, as recomendações ora saídas destas negociações vão directamente ao encontro do espírito e necessidade de intercâmbio global dos países da África Austral, como base para uma vivência e desenvolvimento integrados.

Esta e muitas outras questões similares constituíram motivo de acesos debates no decorrer da última Conferência Consultiva da SADC, realizada em Janeiro último, em Harare, em que se discutiu a abolição das formalidades de imigração entre os países da SADC. Interessante é notar que antes mesmo dos acordos regionais interestatais, de carácter algo mais político, como se pode depreender, as contingências naturais, historicamente sócio-económicas e geográficas, ditam as suas realidades práticas.

Não admira também que, na mesma altura em que Moçambique e o Zimbabwe estão a negociar estas questões, o Zimbabwe igualmente esteja a negociar com a vizinha Zâmbia a livre circulação de pessoas e bens entre os dois países, tendo havido na semana passada um encontro específico entre os Ministros dos Negócios Estrangeiros do Zimbabwe e da Zâmbia, respectivamente Nathan Shamuyarira e Vernon Mwaanga. No ano passado, o Zimbabwe começou também a facilitar os requisitos de entrada no seu território aos portadores de passaportes sul-africanos, dando-lhes oportunidade de obterem os respectivos vistos em qualquer ponto de entrada.

Naturalmente que a suavização das formalidades fronteiriças e outras levanta questões de segurança entre os países, conhecida que é a atmosfera política na região. Mas a verdade diz que para qualquer decisão do género implica preparativos feitos «a prior».